



O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL – BAIXA VISÃO

Ronaldo Ruthes de Souza¹

Leidiani da Silva Reis²

Introdução

No decorrer do percurso educacional, estudantes com necessidades educacionais especiais enfrentaram e ainda enfrentam inúmeros desafios para garantir o acesso a uma educação de qualidade, além disso, muitas instituições de ensino ainda não estão devidamente preparadas para acolher e atender as individualidades de cada aluno, dificultando sua plena inclusão. Assim sendo, a educação de estudantes público-alvo da Educação Especial Inclusiva ainda é um grande desafio para os profissionais da área e para os alunos.

Cabe destacar, no entanto, que a inclusão e a aprendizagem desses estudantes têm alcançado avanços, considerando as práticas colaborativas, em especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e a conscientização dos profissionais da educação em relação às adaptações necessárias. Dessa forma, a pesquisa considera a seguinte questão: o atendimento no AEE contribui com o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência visual, especificamente baixa visão? Quais os desafios que envolve o AEE voltado ao ensino de alunos deficientes visuais, baixa visão?

A motivação pela escolha da pesquisa foi pela trajetória de vida pessoal e acadêmica do autor deficiente visual – baixa visão, que foi diagnosticado aos três anos de idade, sendo

¹Graduando em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - *Campus Laranjeiras do Sul*. E-mail: ronaldoruthes@gmail.com

²Professora Orientadora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - *Campus Laranjeiras do Sul*. E-mail: leidiani.reis@uffs.edu.br

II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

a causa a Toxoplasmose irreversível. O início de sua escolarização no Jardim I, foi difícil para ele, para a família e para a escola. Aos 6 anos de idade ele ingressou no AEE, na Sala de Recursos Multifuncional para deficiente visual, na época com a denominação de Centro de Atendimento Educacional Especializado ao Deficiente Visual (CAEDV), para o atendimento de estimulação precoce para aprender a melhorar o uso da visão residual, que é a capacidade visual que uma pessoa deficiente visual tem, necessitando constantemente ser estimulada para aproveitar ao máximo sua capacidade (Sá; Campos; Silva, 2007).

Objetivos:

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a organização e contribuição do Atendimento Educacional Especializado no processo educacional de estudantes com deficiência visual, especificamente com baixa visão. Como objetivos específicos destacam-se: apresentar uma breve trajetória histórica da Educação Especial no Brasil e no mundo; discutir as principais políticas públicas relacionadas à inclusão; compreender os tipos de deficiência, com foco na deficiência visual – baixa visão; conceituar a baixa visão, suas causas e implicações na aprendizagem; listar recursos pedagógicos e tecnológicos utilizados no AEE para alunos com baixa visão e refletir sobre a atuação do professor do AEE no processo de inclusão escolar.

Metodologia:

A pesquisa é de cunho qualitativo, com base em levantamento bibliográfico. Sendo utilizados autores da área da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, documentos oficiais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de 2015 - Lei nº 13.146, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além disso, artigos e livros que abordam sobre AEE, deficiência visual e práticas pedagógicas inclusivas.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

As análises dos materiais coletados foram realizadas por meio de leitura interpretativa e reflexiva, levando em consideração os principais conceitos, discussões teóricas, relatos presentes na literatura, bem como, a própria experiência vivenciada pelo autor no contexto educacional relacionado à temática. Em outras palavras, a sistemática de organização de análise se deu a partir do referencial teórico levantado acerca da deficiência visual – baixa visão – e a reflexão se o AEE de fato tem colaborado para uma inclusão efetiva.

Resultados e Discussões:

A trajetória da Educação Especial evoluiu de um modelo segregador para uma abordagem inclusiva, impulsionada por movimentos internacionais e políticas públicas nacionais. No Brasil, esse avanço consolidou-se através da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). De acordo com Mantoan (2006), considera-se que essa mudança representa a superação do paradigma da deficiência para o reconhecimento da diversidade humana como constitutiva do ambiente escolar.

O Atendimento Educacional Especializado é uma das principais estratégias para garantir o direito à educação de qualidade para estudantes com deficiência. Mendes (2006) ressalta que o AEE não substitui o ensino comum, mas o complementa, oferecendo apoio pedagógico específico conforme as necessidades dos alunos, contribuindo para sua participação plena no processo educativo. Nesse mesmo sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma abordagem pedagógica que visa promover a flexibilização do currículo escolar, por meio de múltiplas formas de representação, ação, expressão e engajamento, com o objetivo de atender à diversidade dos estudantes desde o planejamento inicial. Segundo Heredero (2018), o DUA propõe uma estrutura didática capaz de antecipar as barreiras à aprendizagem e de garantir a acessibilidade de todos os alunos, independentemente de suas condições, favorecendo a equidade educacional.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



Curso de
Pedagogia



Programa de
Pós-Graduação
em Educação



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

A articulação entre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), somada às práticas colaborativas entre os profissionais da Educação Especial e os docentes do ensino regular, configura-se como uma estratégia fundamental para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento de estudantes com deficiência no ensino comum. Mendes (2010) ressalta que o AEE deve ser concebido como parte integrante do processo educacional da escola, atuando em parceria com os professores da sala regular para promover ações pedagógicas coerentes com as necessidades dos alunos. Enquanto o DUA atua com um currículo propondo o ensino para todos desde o início do planejamento, o AEE oferece suporte pedagógico específico e individualizado. Como afirmam Moreno e Rabelo (2016), a integração entre o DUA e o AEE potencializa a inclusão ao aliar um currículo acessível à mediação pedagógica centrada no sujeito, permitindo o uso de recursos e estratégias ajustados à realidade de cada estudante.

Essa correlação entre o DUA e o AEE fortalece a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde as práticas pedagógicas são fundamentadas na valorização da diversidade. Como destaca Mantoan e Prieto (2006), a inclusão só se efetiva quando há uma mudança de postura institucional, que reconheça a heterogeneidade dos sujeitos e promova ações articuladas entre todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

Dentre os tipos de deficiência, destaca-se a visual, que se divide em cegueira e baixa visão. Esta última, segundo Mazzotta (2011), caracteriza-se pela limitação funcional da visão, mesmo com correção óptica, e demanda adaptações metodológicas, recursos visuais ampliados e tecnologias assistivas. As implicações da baixa visão na aprendizagem exigem abordagens pedagógicas específicas. Fernandes (2013) enfatiza a importância de materiais adaptados, como textos ampliados, contrastes de cor e dispositivos eletrônicos que auxiliem na leitura e escrita. Tais recursos, associados à atuação especializada do professor do AEE, favorecem o desenvolvimento da autonomia e a inclusão educacional.

O processo de aprendizagem de alunos cegos ocorre por meio dos sentidos remanescentes e com o uso de recursos específicos, como Máquina Perkins, reglete, Soroban, softwares leitores de tela (NVDA) e o DOSVOX. Já os alunos com baixa visão



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

aprendem principalmente por meios visuais, com apoio de recursos como leitores de tela, ampliadores, softwares adaptados e plataformas digitais acessíveis.

Os recursos bases do atendimento nas SRM para deficiente visual são: o Sistema Braille, o Soroban, as adaptações, a Orientação e Mobilidade, Práticas Educativas para Vida Independentes (PEVI), Estimulação Visual e Intervenção Precoce, programas e aplicativos que trazem independência e autonomia à vida da pessoa com deficiência visual. Para os alunos com baixa visão, as dificuldades são maiores e requer do professor do AEE maior tempo de planejamento e seleção de recursos de acordo com as causas da baixa visão, que pode ser congênita (desde o nascimento do indivíduo) ou adquirida (por inúmeros fatores, por exemplo, doenças, acidentes). Nesse contexto o trabalho do professor no AEE deve estar de acordo com a proposta pedagógica da escola e com o professor do ensino comum, para que ocorra o planejamento conjunto entre os professores para o desenvolvimento de atividades no cotidiano escolar.

As estratégias do professor nesse processo são de fundamental importância, devendo estimular o uso do potencial visual, trabalhar a autoestima e planejar atividades com recursos como contraste, ampliação e iluminação adequada. Outro fator importante é conhecer o diagnóstico, a avaliação funcional da visão, o contexto familiar e os recursos disponíveis para a organização pedagógica, tanto no ensino comum quanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Portanto, compreender as diferenças entre cegueira e baixa visão é fundamental para as práticas educacionais inclusivas. A baixa visão limita a quantidade de informações recebidas do ambiente, o que pode restringir o conhecimento da criança, especialmente no contexto escolar. Esses desafios vão além da limitação visual em si, mas envolve barreiras pedagógicas, estruturais, atitudinais e tecnológicas. Como bem afirmam, (Garcia; Braz, 2019, p. 631), “[...] é possível identificar na literatura e nos dados existentes que os tipos de apoios oferecidos às crianças com deficiência visual ainda são insuficientes”. Isso demonstra a necessidade de ampliar políticas públicas, investir na formação dos docentes, disponibilizar recursos de acessibilidade e elaboração de estratégias pedagógicas que assegurem a permanência, a participação e o aprendizado desses estudantes.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



Curso de
Pedagogia



Programa de
Pós-Graduação
em Educação



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

Além do mais, Sassaki (2003) reforça que a inclusão vai além da matrícula; ela requer acessibilidade pedagógica, arquitetônica e atitudinal. Contudo, Mendes (2006) enfatiza que a efetivação da inclusão escolar requer o envolvimento coletivo dos profissionais da educação, especialmente a atuação colaborativa entre o professor da sala comum e o professor do AEE. Essa articulação é essencial para que o planejamento pedagógico considere as necessidades específicas dos estudantes, promovendo práticas que favoreçam sua participação e aprendizagem. Além disso, a autora destaca que a formação continuada dos docentes e o preparo das instituições escolares, tanto em termos pedagógicos quanto estruturais, são condições indispensáveis para o atendimento à diversidade no contexto educacional. Portanto, é relevante ressaltar que a inclusão plena exige mais do que recursos e adaptações físicas: demanda uma mudança de postura e de cultura institucional. Para Sassaki (1996), a inclusão verdadeira está fundamentada na eliminação das barreiras atitudinais, ou seja, na superação do preconceito e da visão limitada sobre as potencialidades das pessoas com deficiência. Dessa forma, o AEE, quando bem estruturado, com profissionais qualificados e práticas coerentes, representa um instrumento indispensável à efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade para estudantes com baixa visão.

Considerações finais

Diante do exposto, a baixa visão constitui um desafio singular para a escola inclusiva, pois requer conhecimentos específicos, recursos adequados e sensibilidade pedagógica. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando bem estruturado e articulado com a equipe pedagógica, exerce um papel fundamental na promoção da autonomia, da aprendizagem e da efetiva inclusão de estudantes com deficiência visual. Constatou-se que, ao ser conduzido por profissionais qualificados e em diálogo constante com o ensino comum, o AEE contribui de maneira significativa para a superação de barreiras pedagógicas, físicas e atitudinais.

Entretanto, para que esse serviço alcance sua plena eficácia, é imprescindível o investimento contínuo na formação dos docentes, na ampliação e adequação das salas de recursos multifuncionais, bem como na implementação de práticas pedagógicas flexíveis,



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



Curso de
Pedagogia



Programa de
Pós-Graduação
em Educação



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

que respeitem as singularidades de cada estudante. Conclui-se, portanto, que a inclusão de alunos com baixa visão no sistema educacional regular é um processo dinâmico e permanente, que demanda ações articuladas entre políticas públicas, escola, família e sociedade, com vistas à promoção da equidade e à garantia do direito à educação para todos.

Palavras-chave: Educação Especial; Deficiência Visual; Inclusão; AEE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília - janeiro de 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

Herederio Eladio Sebastián; Prais, Jacqueline Lidiane de Souza; Vitaliano Celia Regina. **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA):** uma abordagem curricular inclusiva. 1ª Edição São Carlos / SP Editora De Castro 2022.

Garcia, Fabiane Maia; Braz, Aissa Thamy Alencar Mendes. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 622-641, jul./set. 2020

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A inclusão de alunos com deficiência:** construindo sistemas educacionais inclusivos. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

MORENO, Gláucia; RABELO, Sandra. **Desenho Universal para a Aprendizagem:** estratégias para práticas inclusivas. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 3, 2016.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosita Edler. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência visual:** do conhecimento científico à ação pedagógica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



Curso de
Pedagogia



Programa de
Pós-Graduação
em Educação

